

ATA DA 022ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Srs. deputados, sras. deputadas e estimados catarinenses que acompanham esta sessão, assomo esta tribuna para fazer dois registros importantes.

O primeiro deles é sobre o 18º Festival Catarinense de Teatro, que tem uma programação diversificada, com vários gêneros teatrais que vão deste a tragédia, comédia, a produções híbridas e está acontecendo na cidade de Concórdia. O repertório do evento é formado por 26 espetáculos, 29 apresentações, debates, homenagens e ponto de encontro entre artistas e o público. Desde sexta-

feira, quando começou, até agora mais de 4.250 espectadores participaram desta programação. Os espaços de apresentação no Teatro Maria Luíza de Matos e Memorial Attilio Fontana têm sido palco de um dos maiores festivais realizados no município. O envolvimento da comunidade é expressivo, e isso demonstra que o movimento no teatro local está fortalecido, devido às ações da associação de grupos de teatro de Concórdia.

Portanto, queria fazer este registro e parabenizar os organizadores e o município de Concórdia por estar sediando esse Festival Catarinense de Teatro e pelo grande envolvimento.

O município tem prezado pelas questões culturais e teatrais. Concórdia tem uma tradição também em grupos teatrais. Nós temos muita satisfação de registrar isso e de dizer que nos próximos dias será inaugurado, em Concórdia, um centro cultural onde funcionava o antigo fórum da cidade, que foi todo remodelado. Trata-se de um projeto bacana, que começamos a discutir quando ainda éramos prefeito, que foi levado adiante e que será realidade nos próximos meses.

O segundo registro que quero fazer é sobre a campanha de apoio à epilepsia ao redor do mundo e o Dia Roxo, 26 de março, tem essa referência. E faço esta minha intervenção, deputado Dr. Vicente Caropreso, para elogiar a ação que v.exa. estava fazendo para chamar atenção para o tema, tanto é que já está dando resultado e estou repercutindo aqui.

Mas quero parabenizar v.exa. e a sua equipe, que estava na recepção, e associar-me a essa luta que v.exa. trouxe a respeito da epilepsia. Vamos chamar atenção da comunidade para essa questão. Nós temos falado com frequência sobre as questões de saúde, principalmente do combate às hepatites, e criamos aqui, inclusive, uma semana de conscientização e divulgação da prevenção.

Então, essas são ações importantes que o Parlamento pode fazer. V.Exa. dá esse exemplo e hoje nós nos somamos a isso. Estamos à disposição naquilo que pudermos ajudar nessa campanha.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e público que nos acompanha pela TVAL, quero me incorporar ao pronunciamento do deputado Neodi Saretta quanto ao trabalho importante feito com relação à questão da epilepsia. Senti de perto o problema de disritmia na família. Sei que é um problema grave, mas com acompanhamento e tratamento adequado resolve-se. Vi casos de pessoas que não receberam tratamento adequado e ficaram a vida toda com o problema, e casos em que o problema foi detectado cedo, a pessoa parou a medicação aos 14 anos e teve uma cura completa. Então, ficamos muito felizes.

Queremos registrar também que ontem tivemos a confirmação de que foram dadas todas as licenças ambientais para fazer a obra de contorno da Grande Florianópolis na BR-101. Este deputado, que vem todos os dias de Balneário Camboriú para Florianópolis, sente bem a necessidade desse contorno para o bem-estar das pessoas, que já chegam ao trabalho estressadas. Para fazer o percurso de Balneário Camboriú a Florianópolis leva-se cerca de 50 minutos, mas para entrar na cidade de Florianópolis leva-se em torno de duas horas.

Eu morei em São José, quando estava na diretoria de Combate ao Crime Organizado. Na época, costumava dizer que morava a cinco minutos do centro de Florianópolis. Mas, um tempo depois, passei a levar 35 minutos para chegar à cidade, e, em cinco anos, passei a morar a uma hora e meia do centro, sem mudar de residência. Vejo que a questão da mobilidade é um grande problema que enfrentamos. Ainda bem que não se permite o porte de armas, porque o motorista fica estressado e o motociclista, atrasado, corta os veículos.

Então, na verdade, o trânsito que enfrentamos na parte da manhã afeta o psicológico das pessoas o dia todo. As pessoas já chegam ao ambiente de trabalho estressadas. Os problemas de mobilidade,

além de afetarem a economia, afetam o ser humano no seu dia a dia.

Ficamos felizes que foram vencidas as etapas das licenças ambientais, que neste país é o que mais têm demorado e atrasado as obras. Esperamos que essa obra seja concluída dentro do previsto para que possamos ter mais facilidade no acesso a Florianópolis. Vejo essa obra como uma das mais importantes para o desenvolvimento e o bem-estar da população. É claro que com o contorno já se resolverá o problema do acesso à Grande Florianópolis, mas ainda teremos que trabalhar na questão da ligação ilha-continente.

Como já disse desta tribuna, a Polícia Rodoviária Federal deveria ter um sistema de fiscalização permanente e de monitoramento da Via Expressa por câmeras, com guincho e motos à disposição para desobstruir o trânsito, porque às vezes ocorre um simples encostão entre os carros e o trânsito todo para.

O transtorno que os problemas de trânsito causam é muito grande. Esta Casa precisa acompanhar essa obra do contorno, que é tão importante para o estado de Santa Catarina, bem como o acesso entre a ilha e o continente.

Ontem, li no *Diário Catarinense* uma matéria do jornalista Sergio da Costa Ramos, em que ele faz um comparativo, no país, entre o que está sendo investido em estádios para as Olimpíadas e o que se investe em presídios para a solução do problema prisional, que é uma das maiores questões no Brasil. Há necessidade do aumento do número de vagas para detentos, bem como melhorar a possibilidade de recuperação aos presos para que não haja as facções nos presídios, pois isso acaba causando a corrupção de agentes, como vimos em Blumenau. É necessário investimentos em todo o país e neste estado.

Agora está quieta a questão do Complexo Penitenciário da Agronômica, mas há dez anos já se fala da sua desativação. Era para ser construído um novo presídio. A questão prisional é outro tema que precisa ser abordado. O governo precisa olhar o assunto com prioridade. Quem está ligado ao

setor sabe do risco que a sociedade corre. Há preocupação com a atual estrutura do Sistema Prisional, com a organização dos grupos criminosos, principalmente dentro dos presídios, e como isso pode afetar a sociedade.

Nós vimos isso já no estado de Santa Catarina, em algumas ações, e também vimos lá em Criciúma, onde houve um movimento dos presos dentro do presídio, o que transtornou o referido município e todo sul do estado.

Então, temos que dar um enfoque importante à questão de segurança e do Sistema Prisional para dar tranquilidade e segurança à nossa sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Esse assunto sobre mobilidade urbana foi muito debatido no Fórum Parlamentar, presidido pelo deputado Gean Loureiro, e está-se buscando algumas saídas. Esperamos que a solução venha em curto prazo, porque a situação está ficando insustentável. Eu, pelo menos todos os dias de manhã, levo uma hora e meia para chegar à Assembleia.

Gostaria de registrar a presença dos alunos da Escola Municipal Tiroleses, de Timbó, acompanhados da professora Elizandra M. Beber. Sejam bem-vindos a esta Casa Legislativa!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dr. Vicente Caropreso, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Bom dia, sr. presidente; sras. deputadas e srs. deputados presentes!

Hoje é um dia especial em que comemoramos - e agradeço todo apoio recebido da Casa, através de seus funcionários, em relação a essa data -, mundialmente, o Dia Mundial de Conscientização da Epilepsia.

Agradeço, sobretudo, o apoio dos srs. parlamentares, da diretoria de Imprensa da Casa e toda forma de auxílio que recebemos.

Acima de tudo, quero registrar que tudo isso somente foi possível graças à participação da

professora e dra. Kátia Lin, neurologista, titular do Serviço de Neurologia do Hospital Universitário, que está aqui assistindo a sessão, juntamente com a sua equipe e também algumas pessoas portadoras do problema.

Numa simples conversa que tive com três deputados, pude saber que eles tiveram problemas na família, e um deles o próprio deputado.

Então, estima-se que esse problema afeta 134 mil pessoas no estado. Não é pouco, é um problema de saúde pública que envolve o oferecimento de consultas especializadas para pessoas portadoras de epilepsia e de medicamentos. Cada vez mais a ciência desenvolve novos medicamentos e precisamos de todos eles disponíveis na rede SUS, seja de uma maneira direta, através dos postos de saúde ou então das unidades centrais de saúde nos diversos municípios do estado, seja através do estado, que pode repassar após a análise se cabe ou não aquilo para o paciente.

Assim, vejo que as coisas caminham positivamente, as pessoas ficam cada vez mais alertas e com mais informações sobre os problemas, mas ainda reside muita dúvida, muito preconceito e a qualidade de vida dessas pessoas merece toda a nossa atenção.

Inclusive, quero dizer que entrei com um projeto de lei para tornar o dia 26 de março perene, ou seja, parte do calendário de Santa Catarina como dia de luta e para a divulgação da epilepsia.

Eu espero que esse esforço não tenha sido em vão e com toda essa divulgação que estamos fazendo na imprensa - hoje acordamos cedo e estivemos em vários órgãos de comunicação -, nós estamos fazendo a nossa parte e o Parlamento catarinense a sua parte para depois divulgar e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não, deputado, médico, Antônio Aguiar!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de saudar o presidente em exercício, deputado Mario

Marcondes; v.exa., como médico neurologista; e a dra. Kátia e seus assessores.

Quero dizer à comunidade catarinense que essa é uma preocupação importante do Parlamento catarinense.

Está de parabéns v.exa., deputado Dr. Vicente Caropreso. A epilepsia é, sem dúvida nenhuma, uma doença que ataca grande parte da população e merece, sim, a nossa preocupação nos atendimentos e encaminhamentos. Esse dia deve ser lembrado para que o governo e as entidades se preocupem com essa doença que tem que ter encaminhamentos especiais e v.exa., como especialista em neurologia, o faz com propriedade.

Parabéns, deputado Dr. Vicente Caropreso!

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não! Concedo um aparte a v.exa., deputado Natalino Lázare.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Eu gostaria de cumprimentar o presidente desta sessão, meu amigo deputado Mario Marcondes, e também v.exa.

Eu tenho um irmão que é epiléptico e sei o quanto isso aflige a nossa família, o quanto essa doença é grave e realmente merece esse tratamento que o senhor está propondo, e que irá melhorar a vida do paciente daqui para frente.

Gostaria de cumprimentá-lo, deputado, pela aula que foi dada no canal de televisão sobre epilepsia, e não foi apenas uma entrevista. Eu penso que deve ser registrado nesta Casa, sr. presidente, nos anais da história do Legislativo, que temos um deputado que, hoje, deu uma verdadeira aula sobre um problema muito sério para as famílias catarinenses.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado, deputado Natalino Lázare.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não! Concedo um aparte a v.exa., deputado Fernando Coruja.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Deputado Dr. Vicente Caropreso, quero cumprimentá-lo pela iniciativa. V.Exa., que é neurologista, um médico de qualidade, reconhecido em Santa Catarina, traz para esta Assembleia um tema dessa magnitude.

Também quero cumprimentar a dra. Kátia e a sua equipe.

Deputado Dr. Vicente Caropreso, a Assembleia e o governo precisam trabalhar visando dar apoio à Universidade Federal de Santa Catarina para esse trabalho, pois é preciso ampliar o serviço e novos equipamentos. Não é necessário muito recurso, mas 1/3 dos epiléticos precisam desse serviço, segundo a dra. Kátia. E nós precisamos apoiar essa iniciativa e também v.exa. nesse trabalho que está sendo feito.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado, deputado Fernando Coruja.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não! Concedo um aparte a v.exa., deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Dr. Vicente Caropreso, eu já fiz menção a essa data anteriormente, na tribuna, mas faço questão de me pronunciar, mais uma vez, dada a importância do tema e por aquilo que representa esse dia 26 de março, que se propõe ser o Dia Mundial de Conscientização da Epilepsia.

Quero também parabenizá-lo pelo trabalho que v.exa. faz, por trazer esse tema e pelo trabalho de divulgação.

Assim, queremos nos somar a isso, manifestar a nossa solidariedade e dizer que estamos juntos nesse movimento.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Dalmo Claro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não! Concedo um aparte a v.exa., deputado Dalmo Claro, meu companheiro de residência médica e grande endocrinologista.

O Sr. Deputado Dalmo Claro - Quero cumprimentar o sr. presidente e srs. deputados.

Esse trabalho do deputado Dr. Vicente Caropreso, da dra. Kátia e de todos os neurologistas é importantíssimo no esclarecimento à população sobre doenças crônicas. A epilepsia, mais do que outras, como diabetes, cardiopatias, etc., é uma doença muito estigmatizada na população. Já melhorou muito. Lembramos do nosso tempo de faculdade, há trinta e tantos anos, e do estigma forte que se tinha sobre esses pacientes na sociedade: preconceito, às vezes repulsa, inclusive. Isto já melhorou bastante, porque o tratamento melhorou. Hoje vemos muito menos crises epiléticas nas ruas do que se via antigamente. Mas esse trabalho não pode diminuir. Pelo contrário, tem que crescer e ser incentivado.

Então, meus parabéns a v.exa., deputado, e a toda a equipe de neurologia que faz esse trabalho.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Então, quero, mais uma vez, agradecer a esta Casa, aos deputados, e a todas as pessoas que fazem parte da minha equipe e da equipe de Neurologia do Hospital Universitário.

Certamente deveremos pedir o esforço do secretário, deputado federal João Paulo Klenübing, para conseguir os recursos para que seja realizado na universidade o videoeletroencefalografia, que é o exame fundamental, primordial, para encaminhar as pessoas à cirurgia de epilepsia.

Terminando o meu pronunciamento, sr. presidente, quero dizer que, quando estava na RBS, hoje, dando a entrevista, eu percebi que o próprio jornal estava alarmado com o índice de Dengue no estado.

Realmente trouxemos para este Parlamento essa situação e, como vice-presidente da comissão de Saúde, solicitamos a presença do diretor da Divisão de Vigilância Epidemiológica do estado para debater o quanto antes e ver também o que

este Parlamento consegue ajudar em termos de divulgação e solicitação de meios que se possa oferecer para que a população se veja livre desse problema, que é evitável. Depende apenas do trabalho humano, de conscientização e de participação popular para que tenhamos reduzidos esses índices alarmantes que envergonham a nossa comunidade. Em tempos de hoje, uma doença simples de tratar e depende apenas de conscientização.

Agradeço, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Bom-dia, srs. deputados e sras. deputadas!

Quero cumprimentar o deputado e ex-governador Leonel Pavan, que preside esta sessão, e também o deputado Mario Marcondes.

Trago à tribuna um assunto que interessa a todos nós, catarinenses e brasileiros, que é a questão da dívida dos estados. Hoje esse é um tema do Congresso Nacional, mas está influenciando a vida de todos nós, catarinenses.

O que os catarinenses têm a ver com esse debate que está ocorrendo no Congresso Nacional? No ano passado, a presidente Dilma Rousseff sancionou uma lei que permitiu, no calor das eleições, a rolagem da dívida dos estados e a troca do indexador por um mais baixo.

Santa Catarina tem uma dívida que já pagamos algumas vezes, e ela não baixa. Em 2013, fizemos um empréstimo e pagamos uma dívida da Celesc, que já tinha sido paga, para podermos matá-la, porque ela não morria. Nós pagávamos, pagávamos e ela crescia ainda mais.

Sensibilizada inclusive por causa da prefeitura de São Paulo, a presidente Dilma Rousseff apresentou uma lei que foi aprovada e que depois não foi regulamentada. E isso tem drenado o nosso estado de recursos.

Nós temos visto nesta tribuna uma série de debates, no dia a dia, sobre as necessidades dos catarinenses que acabam não sendo atendidas por

uma questão financeira, por falta de recursos do governo de Santa Catarina que, mensalmente, tira mais de R\$ 130 milhões da nossa receita, dos catarinenses, para pagamento de dívidas junto ao governo federal. A presidente sanciona, mas depois não regulamenta.

Agora o Congresso Nacional, o Senado Federal, cumprindo o seu papel de representante dos estados, aprova essa lei que está na Câmara dos Deputados para ser votada e que vai obrigar, em 30 dias, o governo federal a trocar os índices de indexação da correção das dívidas dos estados com a união, independentemente da regulamentação.

Primeiro, como deputado, quero parabenizar os senadores e os deputados federais por essa iniciativa. Esse é um trabalho justo e necessário. Vejam que a lei sancionada pela presidente, ainda não regulamentada, prevê a troca do indexador atual, do IGP, mais juros de 6% até 9%, pelo índice nacional de preços, o IPCA, que vai baixar para 4% em média, ou a taxa Selic, prevalecendo aquele que for menor. Quatro por cento já é uma taxa alta, mas vai baixar, pelo menos, uns 9% ao mês. O texto do projeto aprovado pelos deputados estabelece aplicar esse novo indexador em 30 dias.

O governo federal, ao não regulamentar, está punindo estados e municípios, que são os entes da federação que executam os serviços públicos diretamente ligados à nossa população. E impede tanto os prefeitos como os governadores de utilizarem esses recursos, inclusive, no pagamento de salários de funcionários, dos trabalhadores. E aqui em Santa Catarina estamos vivendo um grande debate dos trabalhadores da área da Educação, Saúde e Segurança Pública.

A redução dessa dívida vai representar uma economia para o estado de Santa Catarina, só na troca do indexador, de R\$ 140 milhões por ano no caixa do governo. Serão cerca de R\$ 12 milhões a R\$ 13 milhões todos os meses que vamos economizar. Vamos continuar pagando em torno de R\$ 100 milhões, mas vamos economizar cerca de R\$ 12 milhões, R\$ 13 milhões ou R\$ 14 milhões todos os meses, e mais de R\$ 140 milhões por ano, o que

daria para resolver o problema dos hospitais e da infraestrutura do nosso estado. Isso é um desafoga dos caixas tanto do estado quando dos municípios, que já estão comprometidos ao máximo.

O custeio da folha salarial dos nossos municípios já está batendo a casa dos 50%, e do estado a mesma coisa. E esses juros altos têm drenado as nossas receitas.

Segundo o secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, somente este ano, a renegociação da dívida do estado com a união, por meio desse novo indexador, permitiria um investimento que o estado não tem, com recursos próprios, hoje, de mais de R\$ 12 milhões, R\$ 13 milhões por mês. Para obter esse valor líquido por mês, o estado teria que arrecadar a mais, cobrar dos nossos empresários, cerca de R\$ 20 milhões. Esse dinheiro já é nosso. É apenas um índice. Não é justo que o governo federal cobre dos estados mais de 10%, 12%, 14% de juros anuais de empréstimos que foram utilizados para fazer obras em bem da sociedade.

Ao invés de estarmos aumentando impostos, vamos trocar esse indexador e fazer uma economia, permitindo que o caixa do governo do estado tenha uma sobrevida.

Agora, o Senado Federal vai fazer o seu papel, assim como o Congresso Nacional também. Alguém pode perguntar: "Quanto é que Santa Catarina deve para o governo federal"? Aproximadamente R\$ 23 bilhões, a economia é projetada, aproximadamente, nos R\$ 5,8 bilhões até 2028.

Então, é uma economia, srs. deputados, da qual nós, catarinenses, não podemos abrir mão, em nome do nosso povo. Temos que pressionar os nossos senadores, os nossos deputados federais e a presidente Dilma Rousseff para que regulamente isso ou renegocie com os estados uma forma de fazer. Ou, então, que o Congresso Nacional, usando da sua prerrogativa, troque esse indexador por um mais justo e dê uma sobrevida para os estados, para os municípios e para nós, catarinenses, que neste momento de crise não podemos pagar juro de agiotagem. O que estamos fazendo, hoje, é o

seguinte: a união agiotando em cima dos municípios e estados, e é preciso mudar isso.

Por isso, neste nosso pronunciamento, como ex-presidente da Fecam e deputado estadual, quero, primeiro, apoiar o congresso da Fecam, que ocorreu na última semana, em Florianópolis, no Centro Sul, e trouxe temas do municipalismo para o debate. Um deles é o indevidamente e a falta de recursos nos caixas das prefeituras de Santa Catarina e também do estado, e que parte pode ser resolvida apenas pela troca do indexador.

Nós, catarinenses, queremos pagar o que devemos, mas queremos pagar com um juro que seja pelo menos justo. É este o pedido deste deputado.

Eu quero também, na manhã de hoje, cumprimentar o deputado Dr. Vicente Caropreso pelo projeto e pela sua ação, trazendo aqui toda essa ação em torno da epilepsia, que é uma doença que mexe não somente com a pessoa que sofre desse transtorno neurológico, mas também mexe com toda a família.

Por isso, é muito relevante e v.exa. merece os nossos cumprimentos por toda essa ação.

Quero dizer também que no último sábado, dia 21 de março, foi o Dia Internacional da Síndrome de Down. Esse é um tema também de grande relevância, em que se trabalha a inclusão social e que merece o apoio desta Casa e de todos nós.

Quero cumprimentar a Federação Catarinense das Associações de Síndrome de Down, que tem sede em Balneário Camboriú e merece o nosso reconhecimento e o nosso aplauso por todo o trabalho que vem fazendo para trazer a prevenção e a qualidade de vida às pessoas com Síndrome de Down em nosso estado.

Em meu nome, quero cumprimentar todas as instituições, associações e entidades que trabalham com a Síndrome de Down em nosso estado, nas áreas da saúde e da inclusão social, uma vez que é um trabalho que vem trazendo mais qualidade de vida aos portadores. Nós queremos não somente a inclusão social, mas também abrir um espaço no setor da educação, da saúde, de trabalho e de diversão para essas pessoas.

Na verdade, a Síndrome de Down é uma alteração genética causada por um cromossomo a mais que o cidadão traz com ele. Ela não modifica em nada, não é uma doença, é apenas um cromossomo a mais, mas isso tem causado uma série de transtornos para as famílias e pessoas que possuem essa síndrome, e com isso dificultado a sua vida.

Existe um grupo muito grande de pessoas em Santa Catarina trabalhando para romper essa barreira e promover a inclusão desses portadores. Afinal de contas, todos nós somos diferentes. O que nos identifica é a forma como cada um vê a diferença no outro, e precisamos nos ver como diferentes, mas tratar todos de forma igual.

Por isso, o nosso cumprimento a todas as associações e pessoas que trabalham a questão da Síndrome de Down.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Esta Presidência também quer cumprimentar todas as pessoas que estão envolvidas em projetos que atendem as crianças, e principalmente as que dependem das Apaes de Santa Catarina, em especial a Apae de Florianópolis, que está capitaneada pela deputada Dirce Heiderscheidt e pelo deputado Dr. Vicente Caropreso.

Quero saudar a Apae de Palhoça, através de seus responsáveis, que são a professora Liandra Martins e a coordenadora Eneidir. Sejam todas bem-vindos! Contem com esta Casa!

Gostaria de dizer que, além dos vários projetos que tivemos nesta Casa, como o do ex-deputado Julio Garcia e agora do deputado Dr. Vicente Caropreso, nós também temos um projeto que retira o imposto da energia consumida nas Apaes de Santa Catarina, o que vai facilitar a vida de todos que precisam da nossa atenção e do nosso carinho.

Quero registrar a presença, neste plenário, do sr. Gilberto Jesus Mendes, vereador de Itajaí, do sr. Silvio Irã e do sr. Odilo José da Veiga. Sejam todos bem-vindos e saibam que esta Casa está à disposição!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Quero registrar a presença, neste Parlamento, do prefeito de Caxambu do Sul, Vilmar Foppa, que vem acompanhado de dois médicos: o dr. Giovani e o dr. Cleomar, que, com certeza, irão prestar um excelente trabalho em prol da população desse pequeno município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Deputado Mauro de Nadal, nós também queremos dar as boas-vindas aos visitantes, em nome desta Casa.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, o que me traz, hoje, à tribuna é um assunto de extrema importância para a nossa região, o vale do Itajaí, mais especificamente uma audiência pública realizada ontem no município de Botuverá para tratar da questão da nova barragem de contenção de águas naquele município.

Estiveram presentes na audiência o presidente da Fatma, sr. Alexandre Waltrick Rates; o secretário de Defesa Civil, sr. Milton Hobus; e os representantes das empresas que executaram o projeto. Posso dizer que o que vimos ontem foi a magnitude e a importância dessa obra, que deve ter um custo aproximado de R\$ 80 milhões para a sua implantação, sr. presidente e srs. parlamentares.

Quero, neste momento, iniciar a minha fala parabenizando o presidente Alexandre Waltrick Rates, presidente da Fatma, pela sua postura e conduta na audiência pública, dando liberdade para que todos pudessem se expressar, permitindo que todos fizessem perguntas e tirando dúvidas. Enfim, realmente o presidente da Fatma foi um maestro

nessa audiência pública em termos de credibilidade, condução e respeito a todos que estavam presentes na audiência.

Também quero parabenizar o secretário Milton Hobus, que está correndo atrás de recursos, trabalhando no sentido de viabilizar e tornar essa obra verdadeira para aquela comunidade, uma obra que realmente saia do papel e torne-se concreto para proteger a vida das pessoas do vale do Itajaí.

Então, parabéns ao secretário Milton Hobus e a toda a equipe técnica!

Sr. presidente e srs. parlamentares, essa obra faz parte do contexto do complexo de prevenção de cheias instalado, hoje, no vale do Itajaí graças ao trabalho do governador Raimundo Colombo, que conseguiu também recurso no federal para fazer uma ação conjunta entre o estado e a união, num grande pacto de prevenção de cheias no vale do Itajaí, deputado Neodi Saretta.

Nós estamos vendo, hoje, as obras de alteamento das Barragens de Taió e de Ituporanga, que garantem a segurança e a retenção de mais água, com isso amenizando os efeitos de grandes chuvas naquela região para quem estiver depois da barragem, por exemplo, em Rio do Sul, Blumenau e Itajaí.

Além disso, há outras pequenas obras, e uma delas, prevista, é a obra da Barragem de Botuverá, onde estivemos ontem. Srs. parlamentares, é uma obra muito importante para o município de Brusque, onde mora o nosso amigo deputado Serafim Venzon, que também esteve presente nessa audiência pública, para Itajaí e para o vale como um todo, fazendo parte dessa grande programação de ações no sentido de contenção de cheias no vale do Itajaí.

Para v.exas. terem ideia, gostaria de dizer que a barragem faz parte desse pacote de ações do governo do estado para conter águas, e nesse caso específico águas que atingirão o rio Itajaí-Mirim, principalmente, como falei, as cidades de Brusque e Itajaí.

Pelo projeto, a Barragem de Botuverá, diferente de outras barragens - e isso me chamou

muito atenção e fiz questão de parabenizar a empresa projetista, o presidente da Fatma e o secretário Milton Hobus -, será uma barragem de múltiplo uso. O que quer dizer isso? Na verdade, será uma barragem que vai permitir a geração de energia no futuro e, ao mesmo tempo, servirá como reserva de água para os municípios de Brusque, Itajaí, Balneário Camboriú e Itapema, garantindo a reserva de água necessária para estes municípios, pela previsão atual aproximadamente até 2030 a 2035. Ou seja, estamos tratando de uma obra que vai trabalhar a prevenção de cheias, que tem a possibilidade de fazer a geração de energia e que vai garantir a reserva de água para consumo humano, uma água extremamente pura que virá direto da nascente e dará pouco trabalho para fazer a sua depuração e tratamento químico para o consumo humano.

Então, é uma obra extremamente importante que tem esses três usos fundamentais.

Além disso, poderíamos agregar outros tipos de uso, como, por exemplo, a construção dessa barragem permitirá que no município de Botuverá, que tem uma característica muito forte na questão de preservação da natureza, das grutas, do turismo rural e do turismo de natureza, possa ser criada também uma reserva permitindo que seja utilizada para esporte aquático e turismo, ou seja, fortalecerá o município na questão turística.

Então, além do múltiplo uso com a possibilidade de fazer reserva de água para o consumo humano, geração de energia e prevenção de cheias e catástrofes naturais, teremos a possibilidade de criar mais um atrativo turístico para aquele município.

O projeto de construção prevê que a obra seja construída de concreto compactado a rolo. A barragem terá 37,6m de altura e a profundidade estimada é de 16,6m, com 3,5km de extensão. Trata-se de uma barragem que vai atingir uma área grande e será construída a 15km do centro do município. O custo da obra, com todas as desapropriações, além da construção, está estimado em R\$ 100 milhões.

A obra, a partir do momento que for licenciada, que iniciar, que toda parte burocrática estiver resolvida e a primeira máquina começar a trabalhar, tem a previsão de ser entregue 25 meses depois.

Além da questão da reserva natural, vai reter, no caso de uma enchente, aproximadamente 16 milhões de metros cúbicos de água, o que mostra, srs. parlamentares, a importância dessa obra não apenas para Botuverá, mas para o vale do Itajaí, porque 16 milhões de metros cúbicos de água em Brusque ou em Itajaí representam alguns metros de enchente.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Parabéns pelo seu pronunciamento e por destacar a importância dessa obra para o vale do rio Itajaí, especialmente para a região de Brusque, pois aquele volume de água que será retido corresponde, aproximadamente, ao volume total de água que caberia no rio do local da barragem até Brusque, cerca de 25km de extensão do rio.

Então, como demora em torno de seis a sete horas, aquela barragem significará para Brusque o mesmo que parar de vir água durante seis ou sete horas. Quer dizer, tempo que daria para esvaziar.

A obra é muito importante para a região e certamente vai fazer com que as pessoas reflitam, pois quando alguém fecha um buraco ou faz um aterro em qualquer lugar da bacia, é evidente que está despachando aquela água para o rio com uma velocidade maior. Ou seja, está descompensando aquilo que a barragem estaria fazendo.

Então, imagino que essa obra também deverá servir para todos habitantes do vale refletirem, que além da barragem teremos que ter consciência de outras ações que serão muito importantes.

Quero agradecer a v.exa., que esteve ontem na audiência, assim como a colaboração de muitos deputados. Botuverá, hoje, está recebendo um conjunto de investimentos, graças ao apoio de

diversos deputados, assim como do governo do estado e do governo federal.

Essa obra não beneficiará muito Botuverá nem a comunidade local, mas beneficiará Brusque. Mas imagino que, no futuro, consigamos dar alguma compensação para aquelas comunidades, justamente por esse grande favor especial de permitir que se faça uma barragem naquele local.

Muito obrigado por v.exa. ter participado daquela audiência também!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Agradeço o aparte de v.exa.

Com certeza, essa obra será muito importante para Brusque. Se fizermos uma pequena soma, veremos que na barragem existem três níveis de água que são calculados. O primeiro é chamado nível morto. Este nível vai mantendo uma reserva de 0,8 milhões de metros cúbicos de água. Além do nível morto, existe o nível para abastecimento humano, ou seja, o nível que se mantém para fazer a capacitação de água que beneficiará Brusque, Itajaí e Balneário Camboriú até 2030 a 2035. É uma reserva de, aproximadamente, 3,7 milhões de metros cúbicos de água. E a retenção, no caso de uma enchente, é de cerca de 15,7 milhões de metros cúbicos de água, totalizando cerca de 20,2 milhões de metros cúbicos de água, deputado Ismael dos Santos, que serão mantidos na reserva da barragem para justamente proteger Brusque e Itajaí de grandes inundações.

Não vai resolver o problema, é óbvio, porque, às vezes, a natureza castiga muito mais e manda muito mais água para aquela região, mas serão 20 milhões de metros cúbicos a menos de água numa enchente, ou seja, fará uma diferença!

Essa obra realmente é muito importante e quero parabenizar o governador Raimundo Colombo pela sua coragem e determinação, pois criou uma secretaria de Defesa Civil que foi iniciada com o secretario Geraldo Althoff e agora está com o secretario Milton Hobus, nosso companheiro deputado estadual, que acreditou nessa ideia.

Eu tive oportunidade de acompanhar o governador ao Japão e ver, na prática, o que a

Jica fez. Realmente o governador está de parabéns, porque ele acreditou num sistema de prevenção de cheias do vale do Itajaí e espero que possamos ver isso realizado, pois é um grande sonho para todos os moradores do vale.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Nobre deputado, quero parabenizar v.exa. pela luta e dizer que tenho acompanhado o trabalho de v.exa. nesta Casa, especialmente na Frente Parlamentar que diz respeito a essa matéria.

Entendo que a contensão de cheias do vale Itajaí talvez seja a mais importante obra em parceria, hoje, entre o governo do estado e o governo federal. Trata-se de um milhão de pessoas que estará sendo protegida, sem contar toda essa questão do patrimônio, os prejuízos que uma enchente traz e que, de forma periódica, temos enfrentado no vale do Itajaí.

Portando, queremos nos unir a essa frente parlamentar para que de fato possamos acompanhar a questão das barragens e, em especial, dar essa garantia aos moradores do vale do Itajaí.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Realmente a construção do sistema de proteção de cheias do vale do Itajaí é a maior prova daquilo que o governador sempre diz para nós, quando nos encontra: "Briga política não constrói posto de saúde, não constrói escola, não resolve a vida das pessoas". E ele conseguiu, através da união do governo federal e do governo do estado, buscar algo muito importante para...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

(Pausa)

Não havendo deputados do PT que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PCdoB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao Bloco Frente Renovação: PSB, PR e PPS.

(Pausa)

Não havendo deputados do Bloco Frente Renovação que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista: PP e PSDB.

Como farei uso da palavra neste momento, peço ao deputado Aldo Schneider que assuma a Presidência da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o sr. deputado Leonel Pavan, representando o Bloco Social Progressista, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, quero registrar, primeiramente, o aniversário de Caçador, que ocorreu na quarta-feira. Infelizmente, não pude fazer menção a este município que completou 88 anos, em função de outros compromissos, e acabei deixando passar.

Mas quero apenas deixar registrada a minha homenagem àquela cidade, porque ao longo de minha vida pública tive o prazer, a alegria e o dever de atender a dezenas de municípios de Santa Catarina. Não há um município no estado que não tenha alguma digital nossa referente a alguma obra destinada pelo governo do estado, quando era vice-governador, governador e, em especial, senador da República.

Para Caçador, fui o responsável quase que direta ou indiretamente por algumas obras, como o Portal Turístico de Caçador, o Parque Central, que é uma área destinada ao lazer. Os municípios têm vários parques lindos, enormes, que são de grande

utilidade para a comunidade, e o de Caçador, realmente, é um parque que faz a diferença e que foi colocado à disposição daquele município. E eu tive o prazer e a alegria de contribuir para a sua construção.

Nós assinamos alguns convênios com a cidade, entre eles também o acesso ao Aeroporto Regional. Quando fui para a cidade de Caçador, sendo recebido pelo então prefeito Saulo Sperotto e também por alguns empresários, era um dia chuvoso e o acesso estava horrível. E nós determinamos lá mesmo que fosse feita uma licitação e pavimentado o acesso do Aeroporto Regional Costa Neves.

Contribuímos também com a obra do Centro Multiuso da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. A questão chegou mais ou menos em torno de R\$ 4 milhões. Contribuímos, da mesma forma, com a construção do posto de saúde do Centro de Referência de Assistência Social, a pista de arremate do Parque das Araucárias, o Centro de Educação Multidisciplinar, no Caic, no bairro Martello. Enfim, essas foram algumas das obras que tivemos o prazer de contribuir com a cidade de Caçador.

Mesmo que não tenhamos feito as nossas saudações na quarta-feira, quero aqui, tardiamente, saudar o município de Caçador.

(Passa a ler.)

"Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, não há mais dúvidas de que o Brasil está em crise e que ela não é passageira. Como consequência de anos de indecisões obscuras, pelo mais estreito ranço ideológico, a economia nacional entrou em recessão e pode demorar anos para sair dessa desconfortável condição. Esse ranço ideológico poderá criar ainda mais conflitos na questão social e na questão econômica.

Os sinais de que enfrentaremos um período de dificuldades são sólidos e variados, o que generaliza o temor de que o nosso calvário venha a ser mais longo do que previam as primeiras análises. Mas aquilo que realmente assusta a população brasileira é a postura inerte e, por vezes, indiferente, apática do governo que a cada

dia que passa cai ainda mais no descrédito. Para eles, é como se nada estivesse acontecendo! Parece que está tudo normal. Mas nós estamos sentindo, a cada dia que passa, os problemas atingindo o emprego, a economia, as indústrias. Mas parece que as coisas não estão sendo vistas desta forma por alguns setores do governo.

Sabemos, sras. deputadas e srs. deputados, que a solução de todo e qualquer problema passa, necessariamente, pelo seu reconhecimento. Temos que reconhecer as dificuldades!

Infelizmente, no caso da economia brasileira, o governo parece decidido a negar o óbvio e a fazer todo tipo de ginástica retórica para não admitir as suas vicissitudes. A julgar por recente declaração da presidente da República, que afirmou que a fase pela qual o Brasil está passando é reflexo da crise internacional de 2008. E essa crise já está superada pela maioria absoluta dos países. Teremos que conviver, nos próximos meses, com ainda mais falácias e menos ações efetivas."

Só para lembrar, como falo no horário destinado ao meu partido político, quero dizer que na época o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que a crise internacional não atingiria o Brasil, que ela era uma morolinha, que não existia. E agora, após sete anos, a presidente fala que essa crise é em função da crise internacional de 2008.

(Continua lendo)

"Afim de contas, um certo descolamento da realidade vem sendo a tônica de um governo que inventou a contabilidade criativa e que se especializou em fazer previsões que nunca se confirmaram. O fato de estarmos entrando em recessão é apenas o cume de uma escalada que começou há bastante tempo, já que o Produto Interno Bruto (PIB) vinha, insistentemente, crescendo de modo tímido e muito aquém das nossas necessidades."

Sr. presidente, temos reuniões seguidas com conselhos políticos, com o Instituto Teotônio Vilella, e essas reuniões sempre acabam provocando algumas outras com o setor produtivo. E dessas

reuniões sempre acabam surgindo novos encontros com os trabalhadores, com setores que estão sentindo na carne que, infelizmente, o Brasil está indo ladeira abaixo.

Isso é visível, não é um pronunciamento de um deputado do PSDB, que é oposição ao governo federal, não é um pronunciamento de alguém que torce para o quanto pior, melhor. Eu também sou empresário e estou falando, meu amigo deputado Mario Marcondes, sobre a realidade do nosso país.

Santa Catarina não está sentindo tanto ainda porque os próprios números apresentados pelo governo estadual mostram que somos um estado diferenciado dos demais. Santa Catarina consegue ainda sobreviver em função da produção, arrecadação, exportação e quantidade de empresas que produzem para o estado, o Brasil e o mundo, e isso gera uma certa riqueza para o estado.

Está-se vivendo um momento melhor. É claro que temos que reconhecer que houve - e quero enaltecer isso - por parte do governo federal, BNDES e Banco do Brasil, a liberação de uma fortuna enorme para Santa Catarina para que essa crise não fosse tão sentida aqui. Foi aí que ficou a questão de que o governador tinha um certo compromisso com a presidente Dilma Rousseff.

Mas, mesmo com tudo isso, Santa Catarina, começa a sentir a crise na construção civil, na produção do setor calçadista e do setor têxtil. Não podemos tapar o sol com a peneira. Tenho certeza de que os parlamentares do Brasil inteiro que estão do lado do governo federal sentem que isso é real, que não dá, muitas vezes, para usar a tribuna ou ir para a imprensa fazer uma defesa, se está constatado no Brasil e no mundo que a crise pegou em cheio a nossa nação.

E não estamos falando aqui sobre o problema da Petrobras. Essa é outra questão que cabe à Justiça analisar. Estamos falando em gestão!

Fernando Henrique Cardoso iniciou seu governo com uma inflação de 60%, 70%, 80%, 90%. Depois o governo foi para as mãos do Lula, que conseguiu levar o país - e isso tem que ser reconhecido -, criou enormes avanços na área social - e isso tem

que ser reconhecido -, avançou! Mas, com avanço, acabou perdendo força porque foi com as pernas que Fernando Henrique Cardoso tinha, mas não conseguiu acompanhar, porque faltaram projetos, competência e gestão. Os passos foram diminuindo e isso recaiu em cheio na atual presidente.

O Brasil subiu, teve um acompanhamento e passou a descer. E agora estamos sofrendo com grandes dificuldades, em função de um governo que disse uma coisa no passado e, infelizmente, está fazendo outra. Isso realmente não é bom para nós, brasileiros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradecemos a v.exa., que trouxe um tema extremamente pertinente, da atualidade e que requer de todos os catarinense cuidado nesse momento, e até porque estamos vivendo um momento internacional nessa questão econômica.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável aos ofícios n.s: 0543/2014 e 0708/2014.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0054/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, a Indicação n. 0161/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0164/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0166/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0167/2015, de autoria deputada Luciane Carminatti; 0168/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0169/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0170/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0171/2015, de

autoria do deputado Cesar Valduga; e 0172/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário as seguintes proposições:

Requerimento n. 0165/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem ao presidente do Tribunal de Contas do estado, requerendo cópia do relatório técnico da auditoria realizada no período compreendido entre maio de 2013 a novembro de 2014 nas secretárias de estado de Desenvolvimento Regional.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0067/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca da situação das obras de pavimentação asfáltica da rodovia SC-450 (Serra do Faxinal); o valor total orçado para a realização da obra e o montante utilizado até a presente data; bem como a atual etapa contratada, cronograma e prazo de conclusão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0068/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca de quantos cargos vinculados às secretarias de estado de Desenvolvimento Regional existem em cada região; valor atualizado das respectivas folhas de pagamento dos cargos comissionados; valor total de custeio de cada Regional; bem como

quantos são os trabalhadores terceirizados e o custo mensal correspondente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Manoel Motta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e público que prestigia o Parlamento na manhã de hoje, gostaria de fazer algumas considerações que entendo muito importantes na memória daqueles que lembram como era Santa Catarina e como é Santa Catarina agora.

Luiz Henrique da Silveira, nosso hoje brilhante senador, enfrentou uma campanha em 2002 praticamente impossível de vencer, uma vez que o seu adversário tinha mais de 60% dos votos, e ele iniciou com 5%. Qual era a proposta principal de encaminhamento que ele estava utilizando para chegar ao governo? A descentralização. Este era o principal objetivo, ou seja, fazer com que o povo pudesse se comunicar com o governo sem precisar vir a Florianópolis. E ele, com aquele projeto, reverteu todo o processo e foi governador de Santa Catarina - assumiu em 2003.

Como é que um homem honrado e de palavra colocou em prática a questão das SDRs, que são as secretarias de Desenvolvimento Regional? Assim, começou a instalar as secretarias, e eu, que estou no meu sétimo mandato nesta Casa, vivi muitos momentos, como aquele em que pessoal do interior ia para os grandes centros atrás de emprego, esvaziando os pequenos municípios de Santa Catarina. Mas não conseguia porque não era especializado, não tinha qualificação. Tinha

vendido o seu terreninho, e aí não podia mais voltar.

Então, o que ocorria? Favelas em todos os cantos, nos grandes centros, em Florianópolis, Joinville. As pessoas estavam saindo do interior para buscar oportunidades de trabalho.

Mas o governador na época, Luiz Henrique da Silveira, honrando o seu compromisso, criou, com a descentralização, 36 secretarias. Daí o estado de Santa Catarina começou a crescer não apenas nos grandes centros, mas em todas as regiões e a população não precisou mais ir para os grandes centros atrás de oportunidades de trabalho.

Temos, hoje, empresas que se instalaram nos quatro cantos de Santa Catarina. Isso deu oportunidade para as pessoas trabalharem e manterem-se naquela região onde moram e têm a sua família. Assim, não se viu mais as favelas e o pessoal pendurado na beirada das ruas colocando aquelas casinhas para morar.

Isso começou em 2003! Alguém que teve a visão de empreender, gerar emprego, renda e qualidade de vida, fez tudo isso, e fez bem feito. Hoje Santa Catarina é o estado mais equilibrado, e isso é fruto da descentralização, aquilo que o nosso país não tem.

O próprio Ibama sai cobrando, aplicando multa aqui e ali. Agora, se necessitarmos de uma licença ambiental, o Ibama não tem poder em Santa Catarina para concedê-la e precisamos ir a Brasília para conseguí-la. Quer dizer, o Brasil vai precisar passar também por uma descentralização.

Hoje, temos essa figura ímpar em Brasília, que pode convencer o governo a montar essa descentralização para o nosso país, que é imenso. É impossível administrá-lo somente lá de Brasília! Então, é preciso, sim, que haja a descentralização.

Eu quero dizer o seguinte: a minha região sul do estado era considerada uma região pobre. Hoje está a passos largos e temos lá: o Aeroporto de Jaguaruna - em abril haverá o primeiro voo -; o Porto de Imbituba, que recebeu investimento de quase R\$ 400 milhões, além de ser um dos portos

mais seguros de Santa Catarina, porque o calado é no mar, não há rio, e isso significa segurança; a BR-101, que gera desenvolvimento e é um corredor. A BR-101, o porto e o aeroporto são o tripé do desenvolvimento do sul de Santa Catarina.

Então, tudo isso é fruto do quê? Da descentralização do governo de Luiz Henrique da Silveira. Eu tenho orgulho de dizer que, se há um equilíbrio, se não há mais favela, se os municípios do interior não esvaziaram, isso é fruto de alguém que planejou e colocou em prática. Assim, hoje o fortalecimento do estado é devido à descentralização, até porque foi feita uma pesquisa, meu caro ex-senador, ex-governador, ex-deputado federal e hoje deputado estadual, Leonel Pavan, que mostrou que o estado que menos gastou foi Santa Catarina, ao longo do tempo do governo de Luiz Henrique da Silveira.

Portanto, não quer dizer que as secretarias elevaram os gastos; ao contrário, elas reduziram os gastos para poder gerar emprego. Não fizeram como Brasília, onde há um amontoado de ministérios.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero, com muita honra, ouvir o eminente deputado e amigo Leonel Pavan, que traz a sua experiência, com certeza, porque ele foi senador e governador. Por isso, conhece como ninguém a história de Santa Catarina e os passos que foram dados para podermos viver num estado equilibrado como o nosso. Santa Catarina é o estado mais equilibrado, hoje, da federação.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Deputado Manoel Mota, v.exa. sabe que sinto uma admiração muito grande pelo senhor, que é um lutador incansável pelas causas sociais e, principalmente, pelo sul do estado.

Às vezes, brincava com o senhor dizendo: tranca a estrada. O senhor só era ouvido quando trancava a BR-101 ou alguma rodovia para que aquele trecho da BR fosse duplicado. Milhares de pessoas são responsáveis por isso, pela

duplicação, mas um deles, tenho certeza, é v.exa., porque foi um lutador incansável.

Por outro lado, quero dizer que quando fui candidato a senador da República e percorri o estado com Luiz Henrique da Silveira, ele usava a minha bengala - eu usava bengala na época - para mostrar, no mapa, como seriam descentralizadas as ações do estado. Ele criou as secretarias Regionais, e nós o apoiamos quando senador. E depois, como vice-governador, não somente o apoiamos, como demos continuidade.

As secretarias Regionais foram criadas para descentralizar as ações do governo e diminuir a correria do interior para a capital. E havia recursos, os prefeitos e as entidades sociais iam lá e eram atendidos. Diminuiu o custo de municípios de virem aqui com o pires na mão, muitas vezes, e não encontrarem o que desejavam.

Luiz Henrique dizia que quanto menor o quintal, menor eram as dificuldades para limpá-lo. Então, ele achava que com uma secretaria Regional próxima do cidadão e do município poder-se-ia atender melhor os municípios. Felizmente, assim o fizeram, só que agora está sendo desvirtuado. Se estão tirando a competência que lhes foi dada no passado, se não estão dando mais os recursos que eram dados no passado, elas perdem o seu valor.

Se elas tivessem a competência do passado de assinar convênios com a Educação, a Saúde, a Infraestrutura, o Esporte, a Cultura, realmente teria sido dada sequência à descentralização. Infelizmente, tenho que dizer que está ocorrendo uma paralisação naquilo que foi iniciado por Luiz Henrique da Silveira.

V.Exa., que é do PMDB, sabe que no período em que Luiz Henrique da Silveira esteve no governo, e que nós estivemos juntos, a marca foi a descentralização, e que ela deu um grande resultado para Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero agradecer o aparte de v.exa., deputado Leonel Pavan, e incorporá-lo ao meu pronunciamento.

Gostaríamos de dizer que vamos continuar lutando, pois temos que fortalecer a descentralização. Com ela, há um equilíbrio no estado: diminuem as despesas, diminuem as viagens do cidadão que está lá no interior e tem que correr de um lado e para o outro.

Então, eu acho que uma das melhores coisas da história de Santa Catarina foi a implantação da descentralização do estado, que fez com que a ação estivesse perto do cidadão. Nós vamos continuar trabalhando e lutando para convencer todos de que precisamos incrementar e fortalecer as secretarias para o bem de Santa Catarina.

Por isso, gostaria de dizer que, hoje, tenho orgulho de dizer que fui líder do governador Luiz Henrique da Silveira. Nos quase dois mandatos dele, eu fui líder e sete vezes líder da bancada, cumprindo a missão, honrando e defendendo um trabalho digno que ele implantou em Santa Catarina, e que continua. Raimundo Colombo está continuando o mesmo trabalho, com a mesma decisão, e esperamos poder fortalecer ainda mais Santa Catarina.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Deputado, acho que há algo de consenso e que precisaríamos aprofundar o debate no sentido de aproximar o equipamento público, o governo, da população. E nisto nós estamos de acordo: cada vez mais as políticas públicas e o governo têm que estar perto de população.

Mas acho que temos que discutir uma questão. Em nível nacional há um movimento, hoje, pelo presidente da Câmara, no sentido de reduzir o número de ministérios de 40 para 20, sendo que aqui em Santa Catarina temos 36 SDRs e mais 15 secretarias, aproximadamente. São 50 ao todo. Vamos reduzir também? Não vamos?

Eu acho que esse é um debate que temos que aprofundar. Creio que caberia um bom debate e, inclusive, discutirmos o que v.exa. traz, que são os indicadores. Quais indicadores se modificaram

concretamente, IDH, em termos de favelização no estado de Santa Catarina, de litoralização? Porque nós queremos aprofundar a gestão descentralizada, mas para isso temos que descentralizar recursos e não somente estruturas físicas.

Então, parece-me que seria um bom debate aprofundarmos esse tema e, claro, vamos comparar em nível nacional. Em Brasília, de 40 querem diminuir para 20. Aqui nós temos 50. Vamos manter os 50?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero dizer que em Brasília foram duplicados os ministérios sem diminuir o emprego. Aqui, o que foi criado lá na ponta diminuiu os empregos nas centrais. Então, nós não acumulamos. Aqui não foram criados empregos, eles diminuíram. Por isso, há as secretarias e não temos um estado equilibrado, tranquilo.

Então, lá é preciso reduzir, sim, foi um exagero de geração de mão-de-obra, emprego e cargos comissionados. Agora, não foi o que aconteceu aqui, já que foram reduzidos. E o governo está reduzindo mais 500 empregos. Aqui ele já está fazendo o saneamento e é preciso que em Brasília ele também seja feito para o bem do nosso país.

Muito obrigado, sra. deputada, srs. deputados e sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Eu gostaria apenas de dizer que o governo não estão diminuindo 500 empregos. Ele está propondo diminuir 500 cargos comissionados.

Nós lutamos por empregos! V.Exa. sempre luta, e continua lutando, para que o estado tenha mais empregos para os trabalhadores. Mas o governador

Raimundo Colombo pretende enxugar a máquina diminuindo os cargos comissionados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Se depender desta Casa, vamos duplicar a redução dos cargos comissionados para que possamos ajudar também o governador Raimundo Colombo a administrar este pujante estado.

Gostaria de registrar a presença dos meus queridos amigos e conterrâneos de São João Batista. Tenho muito orgulho de representar o vale do rio Tijucas, especialmente a nossa querida São João Batista, terra do calçado onde aquele povo não anda com o pé no chão.

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para segunda-feira, às 19h, em homenagem à Campanha da Fraternidade 2015.

Está encerrada a presente sessão.